



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

I Encontro Internacional de Energia da Cana-de-Açúcar

É com grande satisfação que volto hoje a Maceió, ao meu Estado das Alagoas, para participar da abertura do I Encontro Internacional de Energia da Cana-de-Açúcar.

Volto a esta terra, onde estão fincadas as minhas raízes familiares, para tratar de tema que está na origem da história e do desenvolvimento do Brasil. Depois do ciclo meramente extrativo do pau-brasil, a implantação da cana-de-açúcar abriu a primeira etapa verdadeiramente produtiva, desta então colônia de Portugal.

Alagoas foi palco destacado da demonstração pioneira do talento da gente brasileira para trabalhar e para criar riqueza. O próprio nascer de Maceió está associado ao funcionamento de um engenho. Ao longo dos últimos séculos mudou o Brasil e mudaram as Alagoas. O cultivo e a industrialização da cana continuou, no entanto, a desempenhar papel primordial na vida deste Estado e desta região.

Conheço a economia da cana-de-açúcar e seus desdobramentos no dia-a-dia da população alagoana e nordestina. Dedi-quei e continuo dedicando anos da minha vida, felizes anos da minha vida ao serviço das Alagoas. Fui prefeito de Maceió e depois deputado federal eleito pelos alagoanos.

Como administrador da capital, dei prioridade ao crescimento e diversificação das oportunidades de emprego e investimento, à nascente indústria do turismo e à urbanização para melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes. Especialmente dos descamisados, dos pés descalços e dos mais pobres.

Como parlamentar defendi, entre as muitas causas que abracei, como a da «Diretas Já», o saneamento e o conseqüente fortalecimento da indústria do açúcar e do álcool. Ao final de meu mandato no Congresso, o povo me escolheu para governador do Estado. Trabalhei com afinco, com determinação e com coragem. Com a ajuda de Deus, fiz de minha atuação aqui o início de uma cruzada pela moralização e pelo progresso, que, no ano passado, o povo brasileiro resolveu estender a toda a Nação.

Antes de tratar especificamente dos temas deste encontro, gostaria de dar-lhes uma palavra, que é, antes de mais nada, a afirmação continuada de minha fidelidade ao Nordeste. É no plano maior do desenvolvimento regional que se inserem as questões de economia do álcool e do açúcar.

Há que tratar dos problemas gerais, para que o foco da economia da cana seja correto e adequado. Por isto, serão levadas à Sudene, depois de amanhã, as diretrizes de ação governamental para o desenvolvimento do Nordeste de 1991 até o ano 2000, que darão bases novas para o crescimento e a modernização da nossa região.

Os esforços do Governo Federal em favor da região nordestina não têm logrado os resultados plenos a que sempre se aspira. As causas dessas limitações são várias. Entretanto, uma delas, que se destaca de forma dramática, é a incapacidade de coordenação das medidas e atividades colocadas em prática dentro da própria administração federal e a interligação com a programação dos estados e municípios.

Além da limitação quantitativa de recursos, há ainda a restrição do impacto das ações, devido a um desentrosamento que leva a paralelismos, a desperdícios e à falta de eficiência.

O meu governo deverá efetivar a coordenação de ações na região, elaborando e controlando a execução de um programa

de aplicações de todos os organismos sob seu controle. Desta forma, será possível conseguir o que até hoje não se fez, ou seja, direcionar as ações práticas de cada entidade federal no mesmo sentido, obedecendo às diretrizes traçadas pela Presidência da República. Pretende-se aumentar o impacto da atuação federal, pelo efeito multiplicador, consequência dessa integração.

A dinamização da economia nordestina também está a exigir mudanças substanciais do papel do Estado. As reformas monetária e administrativa, a reformulação da política industrial e agrícola, bem como o programa de desregulamentação, estão delineando o perfil de um Estado menos intervencionista na atividade produtiva.

O padrão de atuação no processo de desenvolvimento nordestino deverá adaptar-se a esta nova realidade, já que se pretende para o Nordeste o mesmo que se deseja para o Brasil como um todo: a modernização da economia e da sociedade, em bases sólidas e independentes do artificialismo vulnerável e onipresente do próprio Estado.

Esta, no entanto, é apenas uma dimensão da ação governamental. O Governo Federal, pela Presidência da República, proporá, como disse ainda essa semana, aos governos estaduais e municipais de toda a região, uma efetiva e abrangente integração na formulação e execução dos seus planos de trabalho, em conformidade com as determinações constitucionais.

«A atuação federal no Nordeste terá
como marco referencial a consolidação
de uma economia competitiva.»

Os nossos esforços visando a um objetivo comum de progresso econômico e social da região serão mais eficazes se conseguirmos esta imprescindível integração das ações e investimentos públicos.

Programas e projetos de difícil viabilidade por sua concepção isolada, por exemplo, podem tornar-se factíveis e com maior alcance quando contam com a soma dos esforços de todas as partes envolvidas, seja na esfera do setor público, seja de parte do setor privado.

A atuação federal na região terá como marco referencial a consolidação de uma economia competitiva, firmemente calcada sobre suas potencialidades, que asseguram vantagens comparativas, verticalização produtiva e adequação às suas características e seu meio ambiente.

Para tanto o Governo dispõe de instrumentos de atuação direta por intermédio dos diversos Ministérios; esta fonte de recursos do Tesouro deverá alcançar no corrente exercício um montante aproximado de 172 bilhões de cruzeiros, somente em investimentos, aos quais se adicionam outros 148 bilhões de cruzeiros programados pelas empresas estatais.

Por outro lado, os bancos oficiais aplicarão neste ano 243 bilhões de cruzeiros em linhas de crédito abertas em conformidade com prioridades estabelecidas e permanentemente avaliadas e reavaliadas pelo Governo. Além desses recursos, naturalmente, a União procederá às transferências constitucionais da ordem de 489 bilhões de cruzeiros em favor dos estados e municípios da região.

A atuação indireta com instrumentos de política econômica envolvendo tributação, câmbio, financiamentos, bem como estímulos à exportação, à capacitação tecnológica, às aquisições governamentais, e à pesquisa básica, constituem uma poderosa alavanca, não dimensionada monetariamente, porém fundamental para a condução da política federal de ações no Nordeste com vistas à promoção do estilo de desenvolvimento que estamos propondo.

Em síntese, consciente e atento à peculiaridade da questão nordestina, estou coordenando a atuação das unidades federais, de modo a integrar suas atividades e orientá-las pelas diretrizes que traçamos, consubstanciando, assim, uma autêntica atuação programada de Governo.

É fundamentalmente uma proposta singela a que apresento à Nação, unindo esforços de todas as instâncias do poder público para, em conjunto com a iniciativa privada, revitalizar a economia da nossa região, de maneira a obter uma distribuição de renda nacional menos concentrada setorial e regionalmente, e socialmente mais justa.

Senhoras e senhores, os organizadores deste encontro escolheram um local privilegiado para sediá-lo; aqui podem os participantes conviver com a realidade sócio-econômica onde a cana-de-açúcar tem peso essencial, com a realidade humana que deve ganhar com a atualização e com o aprimoramento das atividades vinculadas ao setor.

Tal como a paisagem das Alagoas, o momento em que vivemos deve inspirar e desafiar os especialistas do Brasil e de outros países aqui presentes. Nestes últimos dias, fatos amplamente conhecidos fizeram com que se aguçasse a percepção da importância das discussões que aqui irão ocorrer. Estou seguro de que em seus trabalhos os senhores saberão combinar a criatividade e o realismo, a ousadia e o cuidado, o desejo de servir à ciência e a vontade de atender às necessidades mais urgentes do homem.

A aspiração maior do povo brasileiro é o desenvolvimento nacional, a justiça social e a paz mundial. Desejamos todos viver numa sociedade próspera e justa, onde cada cidadão possa contribuir com o melhor de suas aptidões. Para tanto, teremos de criar uma economia forte, moderna, e capaz de servir de base a uma nação em que haja oportunidades para todos.

Não pode haver crescimento econômico sem uma infraestrutura extensa e diversificada no setor energético. É preciso energia para fazer funcionar as fábricas, as lojas, os escritórios, os hospitais, iluminar as ruas, as escolas, e para proporcionar uma vida mais segura e confortável no lar.

Ao longo dos últimos anos, a crise econômica em que esteve imerso o País gerou grave insuficiência de investimentos no setor. Os problemas conjunturais absorviam atenções e recursos e desviavam os cuidados dos administradores das necessidades de mais longo prazo. Agora, ironicamente, é a própria conjun-

tura que nos vem recordar a necessidade de nos ocuparmos imediatamente do futuro da questão energética no Brasil.

«A crise no Oriente Médio traz de volta ao centro das atenções a questão da matriz energética de nossa economia.»

A presente crise no Oriente Médio trouxe grave instabilidade ao cenário global. O Brasil quer um mundo de paz, um mundo fundado na mais estrita obediência ao direito internacional. Sabemos que ao longo da história não foram poucas as violações desse conjunto de regras e sempre as condenamos, mas o descumprimento anterior não pode, em nenhum momento, servir de argumento para as novas transgressões.

As crises, como a que hoje vivemos, servem para demonstrar que a paz universal não é apenas um ideal. É, acima de tudo, uma necessidade dos homens, um requisito indispensável para a realização integral do progresso e do bem-estar na terra.

O Brasil participa deste momento de tensão vivido pela comunidade internacional e cumprirá à risca as obrigações decorrentes das resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas desejando vivamente que a atual crise seja superada sem que se empreguem os recursos bélicos que se vêm acumulando naquela região desde o início deste mês.

Independente de qualquer análise, o mais importante para o Brasil é avaliar com clareza as consequências para nossa economia de situações internacionais desse gênero. Teremos de enfrentá-las e de contornar seus efeitos. Embora esperemos que o bom senso prevaleça, não podemos deixar de contemplar os cenários mais pessimistas. É dever do Governo sensível e prudente não afastar qualquer possibilidade, nem desprezar as lições que este evento nos dá. A situação, como todos nós sabemos, é de extrema gravidade.

A crise no Oriente Médio traz de volta ao centro das atenções a questão da matriz energética de nossa economia. O Brasil tem uma dependência energética da ordem de 15% do consumo — no caso do petróleo, a dependência é ainda de aproximadamente 50% — e só isto já exige a adoção de medidas.

As chamadas crises do petróleo ocorridas nos anos 70 despertaram à época preocupações sem precedentes com a continuidade e segurança dos fluxos de abastecimento de óleo, com o preço do produto no mercado internacional e com a própria idéia de que as reservas mundiais de combustíveis fósseis não são inesgotáveis.

Em 1973, cada país reagiu como pôde à surpresa causada pela ação da OPEP. Poupar petróleo, ampliar a exploração de reservas nacionais, desenvolver tecnologias que permitissem seu emprego com maior eficiência e buscar fontes alternativas tornaram-se palavras de ordem. Houve avanços importantes em todas essas direções, muitos incorporados definitivamente à realidade da economia global.

Com o passar dos anos, especialmente na segunda metade da década de 80, os temores da crise foram sendo esquecidos, ou, pelo menos, deixaram de ter a prioridade conferida no decênio precedente. O preço internacional do produto estabilizou-se num nível suficientemente baixo para retirar o sentido de urgência aos esforços que se vinham realizando para substituir ou diminuir o uso de derivados de petróleo em diversas atividades e setores.

O Brasil foi capaz de reagir com força criativa à crise energética do início dos anos 70. Nossa reação assumiu duas formas principais: o aumento da prospecção e exploração de petróleo no território brasileiro e em nossa plataforma submarina; e a concepção e implantação do Programa Nacional do Alcool.

Para ambos esforços, bem-sucedidos, mobilizamos enorme volume de recursos humanos, materiais e científicos. Em nenhum momento recente chegou-se a cogitar de abandonar o muito que se conseguiu fazer. A verdade, no entanto, é que o preço relativamente baixo do petróleo no mercado internacional incentivou o aparecimento de posições críticas em relação à política energética do País, particularmente ao chamado Proálcool.

«O Proálcool tem desdobramentos importantes na área social.»

Eu mesmo fui um crítico de certos aspectos do programa. Compartilhei das dúvidas que se formaram a propósito dos elevados custos da produção e das agudas deficiências no abastecimento dos veículos a álcool. Além disso, sempre me molestaram profundamente os efeitos do programa na agricultura nacional, sobretudo no deslocamento das culturas de alimentos para áreas mais distantes e menos férteis, bem como os danos causados ao meio ambiente pela extensão indiscriminada dos espaços de cultivo e pela ação poluidora de algumas unidades industriais. Outro limite, que espero momentâneo, do álcool é que não substitui o diesel.

É claro que, em avaliação equilibrada, deve-se considerar os aspectos positivos do Programa do Alcool. Este combustível contribui, de forma significativa, para a melhoria da qualidade do ar nas grandes metrópoles. Outro dado, agora ainda mais significativo, é o de que, embora represente apenas 4% da matriz energética nacional, o álcool tem um papel estratégico fundamental pois expressa a melhor alternativa de combustível líquido aos derivados de petróleo. O Proálcool tem desdobramentos importantes na área social como gerador de empregos com baixo nível de investimento, embora o atendimento ao trabalhador rural precise melhorar bastante. Com verdadeira vocação de abrir espaços nesta atividade econômica, deu oportunidades para mais de 65 mil fornecedores de cana do País e para cooperativas de produtores implantarem boa parte das novas destilarias.

Quanto à busca da redução da dependência do petróleo importado, liderada pela ação da PETROBRÁS, jamais deixei que minha justificada preocupação com algumas distorções na empresa e no setor fosse confundida com o questionamento daquela meta essencial. Sempre tive presente que se trata de procurar vencer um quadro no qual continuamente esteve envolvida a destinação de grandes volumes de divisas e também a ameaça de

crises alheias ao nosso controle, como a que agora nós estamos vivenciando.

O chamado segundo choque do petróleo, deflagrado com a Revolução Iraniana em 1979, teve consequências para a economia internacional que acabaram por fazer dos anos 80 a «déca-da perdida» a que se referem numerosos cientistas sociais quando falam do Brasil e dos demais países da América Latina. Entre nós, a confluência deletéria de situações inflacionárias e recessivas afetou duramente os investimentos no setor energético. Deveríamos ter aumentado com maior velocidade a produção nacional de petróleo. Deveríamos ter buscado aperfeiçoar e racionalizar o Programa do Alcool. Deveríamos também ter investido mais em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologias que permitissem emprego mais intenso de fontes alternativas de energia.

Isso é o que deveria ter sido feito, mas não foi. Não foi, principalmente, em função da crise econômica em que o País se achava mergulhado há mais de 10 anos. Cabe a nós corrigir.

«A questão energética está
a demandar, há muito, decisões
e mudanças abrangentes.»

O Governo que se instalou democraticamente no último dia 15 de março, veio para tirar, e haverá de tirar, o País da crise. Não podíamos fazer isso sem controlar a inflação, que já conseguimos fazer baixar dos 90% para cerca de 10% mensais.

Esses resultados são mais do que simples êxitos numéricos. Na verdade, na luta contra a inflação, muda-se a própria natureza da estratégia, e dois tabus estão sendo e serão quebrados: o primeiro dele dizia que só se poderia conter a inflação com controle de preços. Os resultados foram obtidos com a maior liberalização de preços que já houve na economia brasileira. O segundo prescrevia que, sem contenção de tarifas, o combate à inflação seria frustrado. A contenção não será praticada; ao con-

trário, caminhamos prudentemente para a plena realidade tarifária, única base sólida para a construção de empresas estatais e privadas eficientes e competitivas. E, de forma gradual, atentos às defasagens históricas, reconstruiremos as tarifas brasileiras, o que terá, sem dúvida, impacto decisivo na capacidade de investimento e renovação do setor energético.

Contido o fenômeno inflacionário, recuperada a confiança do povo, dos empresários e dos trabalhadores, em seus governantes e no futuro do País, estão criadas as condições preliminares para a obra de reconstrução nacional que me propus liberar.

A redefinição e a atualização da matriz energética do Brasil são aspectos absolutamente essenciais dessa obra. Como em toda empreitada, surgem problemas inesperados que desafiam a engenhosidade e, sobretudo, a determinação de seus autores.

A crise no Golfo Pérsico não figurava nas nossas previsões, tampouco nas previsões da comunidade internacional. Ao contrário, o mundo celebrava o aparecimento de um horizonte cada vez mais concreto de paz universal. Em certo sentido, os acontecimentos vieram testar esse novo modelo de convivência entre as principais potências do mundo.

Para nós brasileiros, a presente crise vem exigir maior urgência de um trabalho que tínhamos de fazer de qualquer forma. A questão energética está a demandar, há muito, decisões e mudanças abrangentes que nos permitam, neste campo, avançar para o futuro sem maiores preocupações. Assim, apesar de absolutamente lamentável, o espectro de um conflito armado entre povos com os quais mantemos relações diplomáticas gera para nós um forte estímulo para que possamos, uma vez mais, provar a nossa capacidade de fazer das situações adversas verdadeiros trampolins para os saltos qualitativos que teremos de dar na trajetória rumo ao desenvolvimento, à solidariedade entre os povos, à justiça social e à paz mundial.

Neste momento, o País está procurando identificar fontes alternativas de suplementação de seu abastecimento de petróleo. Tem ativado, com absoluto sucesso, negociações com países vizinhos e outros produtores. Nossa obediência rigorosa às resoluções do Conselho de Segurança impõe que façamos tal esforço

nesta hora. O acordo para implementação do Programa de Integração Energética, na utilização do gás natural, firmado, por exemplo, há dias quando da visita do Presidente da Bolívia, embora não disponha especificamente sobre petróleo, tem o sentido de fazer com que a aproximação entre as nações da América do Sul atenda às necessidades prioritárias de nossas respectivas economias. A hidrelétrica de Itaipu foi marco fundamental nessa soma de esforços com nações do continente no campo da energia, como é o caso de alguns projetos constantes do processo de integração com a irmã República da Argentina.

Quero aproveitar minha presença neste seminário, dedicado à energia produzida a partir do bagaço da cana-de-açúcar, para deixar algumas mensagens aos dignos participantes e a toda a nação brasileira.

Em primeiro lugar, saibam que atribuo a mais alta importância aos trabalhos levados adiante neste evento. É do mais alto interesse, por exemplo, o que se pode fazer em termos do uso cada vez mais eficaz da cana-de-açúcar para a geração simultânea de álcool e de energia, em usinas dotadas de meios adequados para queima do bagaço e sua transformação em eletricidade.

**«O Proálcool é um patrimônio
do Brasil.»**

O momento pede uma reflexão nacional sobre o Proálcool que não pode prescindir do concurso de especialistas dos diversos campos envolvidos. O programa é um patrimônio do Brasil, uma prova concreta do que somos capazes de fazer, uma realização que temos de adaptar e aprimorar para que sirva cada vez mais aos seus objetivos da melhor maneira possível. Neste momento, dois parâmetros são absolutamente indispensáveis: o respeito ao meio ambiente, incluídas as características originais dos diversos ecossistemas de nosso território; e o cuidado prioritário com a saúde e o bem-estar tanto do trabalhador diretamente en-

gajado na produção, como de todos os brasileiros que desejam de nossa agricultura gêneros alimentícios mais baratos e de melhor qualidade. O aumento da produção de cana, estagnado há quatro anos no patamar de 220 milhões de toneladas anuais, deve ser obtido prioritariamente com a elevação do rendimento agrícola, e não necessariamente com a expansão da área cultivada.

Um dos elementos centrais da realização dessa etapa do programa, que há de ser qualificado por novos padrões de racionalidade, é o da utilização da cana em processos de geração de energia elétrica nas usinas e destilarias, como já dissemos, que pode significar aumento expressivo da capacidade nacional instalada, com custos reduzidos. Quanto às repercussões do programa no campo da economia agropecuária, é necessário que a produção de alimentos outros que não o açúcar na zona canavieira do Nordeste mereça atenção para que, numa região carente de solos úmidos, seja possível reduzir a importação de alimentos básicos. Ao lado da diversificação agrícola a ser obtida pela otimização do uso do solo, o aproveitamento de resíduos da cana servirá à produção de carne e leite, atividade que melhorará o suprimento de proteínas animais à nossa população carente.

É fundamental que, na avaliação de como prosseguir com o Proálcool, fiquem perfeitamente equilibradas as dimensões políticas e econômicas do programa. A sociedade sabe que tem, agora, um governo responsável e atento às suas obrigações. Neste sentido, deixo claro que o programa continuará, para atender às necessidades de consumo de álcool que foram estimuladas em anos passados. Seria fraudar expectativas da população brasileira se agisse de forma diferente.

Além disso, com a crise do Golfo, a importância estratégica do Proálcool também se fortalece. À margem das injunções da conjuntura, o programa deve estar orientado para atingir, crescentemente, condições de plena viabilidade econômica. Estimularei o reforço da experiência e da pesquisa, que permitam o aumento de produtividade e de ampliação das formas da utilização da cana e de seus subprodutos. O Governo e a sociedade devem ter uma visão positiva do Proálcool; o programa não se

esgotou. Ao contrário, ele entra em momento de inflexão decisiva, em que buscará afirmar-se não simplesmente como precária solução de emergência para uma crise conjuntural, mas como fonte de energia, economicamente viável e ecologicamente saudável, para todo o povo brasileiro.

Em termos da produção nacional de petróleo, confirma-se a necessidade de caminharmos a passos largos para a redução da dependência externa e para o aproveitamento e uso adequado do gás natural. A PETROBRÁS tem um acervo impressionante e até histórico de realizações nessa cruzada. É preciso que preservemos o que já se fez e que façamos ainda mais nessa direção. Iremos, assim, senhoras e senhores, viabilizar os maciços investimentos que se fazem necessários realizar pela PETROBRÁS na obra de prospecção e de produção de petróleo.

«A sociedade brasileira deve
fazer um rigoroso esforço
de conservação de energia.»

No que tange ao setor hidrelétrico, recordo-me que fui recentemente a Xingó para assinalar a minha decisão de reiniciar as suas obras porque, desta maneira, estávamos dando um passo decisivo para banirmos da região o espectro do racionamento e da falta de luz. Agora, com a assinatura do contrato, no valor de cerca de 137 bilhões de cruzeiros, para o prosseguimento das obras da represa, fica assegurado que o esforço se completará e estarão criadas as condições para a modernização regional.

Xingó não irá parar mais, e será concluída e inaugurada ao final do meu período de Governo, como Presidente da República Federativa do Brasil.

Cabe também menção ao carvão mineral, que requer programas mais racionais e abrangentes de utilização.

Quero, agora, por fim, fazer um apelo ao consumidor, à população brasileira. Tal como no combate eficaz à inflação tiveram papel fundamental a austeridade e o ato saudável de pechinchar, também na contenção dos preços dos derivados de petróleo será vital poupar combustível; usá-lo racionalmente. Não podemos deixar que um consumo descontrolado venha somar-se à alta dos preços do petróleo lá fora como fator de aumento aqui dentro. Poupar combustível, usando-o com racionalidade não haverá racionamento para o mercado interno, mas é necessário poupar, é necessário racionalizar o seu uso de modo a que nós possamos manter os preços dos derivados de petróleo a um nível tal que não venha a pesar demasiadamente no bolso do consumidor brasileiro. Para isso é fundamental a participação de todos, visando não somente ao desperdício, mas, o uso racional, do combustível, como também da energia. Evitem deixar a luz acesa, o ar condicionado ligado, a televisão acesa, no momento em que não a estejam assistindo. Evitem sair com o carro para ir ao trabalho, utilizem o transporte solidário, os transportes coletivos, enfim, participem todos desta cruzada para que nós possamos enfrentar esta crise e sairmos dela vitoriosos.

A sociedade brasileira deve fazer um vigoroso esforço de conservação de energia. O trabalhador, o empresário, o estudante, o industrial, a dona de casa, todos os cidadãos precisam economizar energia na produção, na utilização dada na vida cotidiana, e precisam ter esse objetivo em mente na concepção dos aparelhos, das instalações, dos métodos de trabalho. O meu governo está empenhado em fazer a sua parte, tanto no ato de poupar energia, quanto como no incentivo a que toda a população faça o mesmo.

Senhoras e Senhores,

Minha gente,

Nas democracias é a nação que dirige os seus próprios destinos. Ao governo, compete liderar a sociedade de acordo com as linhas ditadas livremente pela vontade popular. Vivemos hoje no Brasil um momento positivo. Participamos todos da implementação de um programa econômico que está dando certo. Os percalços que encontrarmos no caminho, mesmo os mais inespe-

rados, deverão servir para tornar ainda mais forte a coesão nacional e a determinação de superá-los. Só há motivos para que estejamos esperançosos e, mesmo, confiantes em relação ao futuro do País. Nosso ânimo é o de construir, o nosso ânimo é o de vencer.

Somos por natureza uma gente munida de fé. Jamais recuamos e este Governo, especificamente, jamais recuará, diante das dificuldades. A luta pelo desenvolvimento nacional com justiça social é uma causa que empolga a todos nós brasileiros. Estamos firmes, minha gente, trabalhando por um Brasil novo, um Brasil melhor, sem dúvida nenhuma, para todos nós. E Deus está nos ajudando. Muito obrigado.

*Discurso pronunciado por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
no I Encontro Internacional de Energia da
Cana-de-Açúcar, em Maceió, Alagoas,
no dia 29 de agosto de 1990.*